

Renan x José Sarney, a briga pelo poder

Presidência do Senado é motivo de uma queda-de-braço

JOÃO CLÁUDIO NETTO

José Sarney queria. Agora, diz que não quer mais. Renan Calheiros continua querendo e não pretende abrir mão. Uma cadeira de couro colocada no centro da mesa da presidência do Senado tornou-se alvo de uma disputa que se arrastou durante todo o semestre. Uma briga que começou pequena, localizada, mas acabou ganhando dimensões inesperadas até mesmo para o Palácio do Planalto; envolveu os dois líderes mais importantes do maior partido aliado na Casa, o PMDB, e influenciou o resultado de votações importantes para o governo no Congresso.

A briga foi detonada por conta de uma mudança constitucional que não se concretizou. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) alterava a lei de modo a permitir a reeleição dos presidentes do Senado e da Câmara.

A mudança, se feita ainda este ano, beneficiaria, em tese, os atuais presidentes: no Senado, José Sarney (PMDB-AP) e na Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Quem se sentiu ameaçado foi Renan Calheiros (PMDB-AL), que deseja muito ocupar a mesma cadeira de couro.

A contenda da reeleição é um dos assuntos que dominam o balanço do primeiro semestre do ano no Senado. Principalmente por causa das implicações que teve. A história começa no início de 2003. Renan queria disputar a presidência da Casa naquele ano, mas fechou um acordo com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pelo qual abriu mão de sua candidatura em benefício de José Sarney. Em troca, Renan teria o apoio do governo na sucessão de Sarney em fevereiro de 2005.

O tempo passou, mas o acordo não foi esquecido. E a fatura veio. Em 2003, Sarney

foi um aliado fundamental para a aprovação de temas importantes para o governo no Senado, como as reformas da Previdência e tributária. Em 2004, Sarney ajudou a impedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias contra o ex-assessor presidencial, Waldomiro Diniz. Por isso, o Planalto ensaiou um apoio à reeleição. Renan reagiu: começou a cobrar insistentemente o acordo. Primeiro, nos bastidores, depois publicamente.

Os respingos de tantas idas e vindas vieram após uma reunião em que os dois senadores peemedebistas discutiram fortemente. Uma semana depois dessa reunião, o Senado rejeitou a medida provisória que proibia o funcionamento dos bingos e caça-níqueis em todo o País. Na votação do salário mínimo de R\$ 260 na Casa, o governo perdeu outra vez.

